



Poder Judiciário

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães

OITAVA CÂMARA CÍVEL

119

Recurso de Agravo nº 187028-2/01 – Comarca de Recife

Agravante: Ministério Público do Estado de Pernambuco

Agravado: Estado de Pernambuco

5524

EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO DE AGRAVO. CONCURSO PÚBLICO PARA INGRESSO NO CURSO DE FORMAÇÃO DE SOLDADOS DA PMPE/2006. TESTE PSICOTÉCNICO COM CARÁTER ELIMINATÓRIO. POSSIBILIDADE. ART. 14 DO DECRETO ESTADUAL Nº 10.932/85. FORÇA DE LEI PROPRIAMENTE DITA. RECURSO IMPROVIDO DE FORMA UNÂNIME. 1. Com efeito, afigura-se uníssono o entendimento da jurisprudência pátria quanto à plausibilidade da aferição do perfil psicológico dos participantes de concurso público, desde que observados três requisitos necessários, quais sejam, a previsão legal, a objetividade dos critérios de avaliação adotados e a possibilidade de interposição de recurso por parte do candidato que se sentir lesado. 2. No caso em concreto, observo que o exame psicotécnico impugnado amolda-se perfeitamente à orientação supra, porquanto o Edital do certame, além de se encontrar respaldado no art. 10, da Lei 6.783/74 (Estatuto dos Policiais Militares) e no art. 14 do Decreto nº 10.932/85 (Regulamento para Ingresso na Polícia Militar), dispõe com clareza acerca dos critérios de avaliação, consoante o disposto nos subitens 5.2.1 e 5.2.1.1 que remetem à Portaria do Comando Geral da Polícia Militar nº 1.289/06, inteiramente reproduzida em seu Anexo VII, bem como assegura a recorribilidade do resultado, haja vista o previsto nos seus subitens 9.10 até 9.11.6. 3. No que concerne à existência de previsão legal para a exigibilidade dos aludidos testes psicológicos, registre-se que o citado art. 14 do Decreto Estadual nº 10.932/85, por ser anterior ao advento da ordem constitucional vigente, possui, atualmente, a mesma normatividade da lei propriamente dita. 4. Recurso de Agravo improvido sem discrepância de votos.



Poder Judiciário

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães

OITAVA CÂMARA CÍVEL

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do Recurso de Agravo nº 187028-2/01, em sessão realizada no dia ____ de ____ de 2010, ACORDAM os Desembargadores integrantes da Oitava Câmara Cível deste Tribunal de Justiça, em negar-lhe provimento de forma unânime, nos termos do relatório e voto constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante deste julgado.

P.R.I.

Recife, 28 de 01 de 2010

Des. José Ivo de Paula Guimarães – Relator



19
121

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
OITAVA CÂMARA CÍVEL.

Recurso de Agravo nº 187028-2/01 – Comarca de Recife

Agravante: Ministério Público do Estado de Pernambuco

Agravado: Estado de Pernambuco

RELATÓRIO

Trata-se de Recurso de Agravo em face de decisão monocrática que, com supedâneo no art. 557, §1º-A, do CPC, deu provimento ao apelo em apenso para reformar a sentença, que, por sua vez, julgou procedente o pedido formulado na Ação Ordinária nº 001.2007.044187-2, afastando o caráter eliminatório do exame psicotécnico relativo ao concurso público para ingresso no Curso de Formação de Soldado e Bombeiro Militar do Estado de Pernambuco – 2006.

Em suas razões, de fls. 02/11, o Ministério Público Estadual assevera que o ato de eliminação dos autores da ação originária merece ser anulado, sob o argumento de que a exigência do exame psicotécnico para ingresso na Carreira Militar do Estado de Pernambuco não possui previsão legal, o que malfere, no seu entender, o disposto nos arts. 37, II, e 142, §3º, X, ambos da CF/88.

Acrescenta, ainda, que a Lei Complementar nº 108, de 14 de maio de 2008, não pode ser levada em consideração, porquanto posterior ao certame em questão.

Entendo por não exercer o juízo de retratação e apresento o presente recurso para julgamento nesta Egrégia 8ª Câmara Cível.

É o relatório.

Recife, 29 de 01 de 2010

José Ivo de Paula Guimarães
Relator



20
122

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
OITAVA CÂMARA CÍVEL

Recurso de Agravo nº 187028-2/01 – Comarca de Recife
Agravante: Ministério Público do Estado de Pernambuco
Agravado: Estado de Pernambuco

VOTO

Não merecem prosperar as alegações do ora agravante, senão vejamos.

Como já mencionado na decisão vergastada, a jurisprudência pátria possui entendimento uníssono no sentido da plausibilidade da aferição, com caráter eliminatório, do perfil psicológico dos participantes de concurso público, sobretudo nos casos de ingresso na carreira policial, onde o servidor terá porte autorizado de arma de fogo e, devido às características intrínsecas da atribuição, estará constantemente sujeito a situações de perigo.

Também é assente o entendimento de que a legalidade dos aludidos testes psicotécnicos encontra-se vinculada à observância de três requisitos necessários, quais sejam, a previsão legal, a objetividade dos critérios de avaliação adotados e a possibilidade de interposição de recurso por parte do candidato que se sentir lesado.

Neste sentido, colaciono precedentes jurisprudenciais dos Tribunais Superiores, conforme arestos abaixo transcritos:

EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. EXAME PSICOTÉCNICO. CONCURSO PÚBLICO. NECESSIDADE DE CRITÉRIOS OBJETIVOS. REEXAME DE PROVAS E DE CLÁUSULAS DO EDITAL. IMPOSSIBILIDADE EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO. 1. O Supremo Tribunal Federal fixou jurisprudência no sentido de que o exame psicotécnico pode ser estabelecido para concurso público desde que por lei, tendo por base critérios objetivos de reconhecido caráter científico, devendo existir, inclusive, a possibilidade de reexame. Precedentes. 2. Reexame de fatos e provas e de cláusulas editalícias. Inviabilidade do recurso extraordinário. Súmulas ns. 279 e 454 do Supremo Tribunal Federal. Agravo regimental a que se nega provimento (RE-AgR 473719 / DF, Rel. Min. Eros Grau, Segunda Turma, DJ 17/06/2008).



Poder Judiciário

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães

OITAVA CÂMARA CÍVEL

21
123

AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. CONCURSO PÚBLICO. AGENTE PENITENCIÁRIO. CANDIDATO REPROVADO EM EXAME PSICOTÉCNICO. LEGALIDADE. PREVISÃO LEGAL. CRITÉRIOS OBJETIVOS. PODER DE REVISÃO. RECURSO DESPROVIDO. 1. O exame psicotécnico tem sua legalidade subordinada a três pressupostos necessários: sua previsão legal; a cientificidade dos critérios adotados (de modo a afastar a possibilidade teórica do arbítrio); e o poder de revisão, (para o fim de evitar qualquer forma de subjetivismo que viole o princípio da impessoalidade na Administração). 2. Esse entendimento tem contado com o beneplácito da jurisprudência desta Corte, que admite a exigência de aprovação em exame psicotécnico para preenchimento de cargo público, desde que claramente previsto em lei e pautado em critérios objetivos, possibilitando ao candidato o conhecimento da fundamentação do resultado, a fim de oportunizar a interposição de eventual recurso. 3. Os requisitos de objetividade, publicidade e recorribilidade foram devidamente respeitados pelo certame, e atendidos pela Comissão Organizadora, o que atesta a legalidade do referido exame. 4. Agravo Regimental desprovido (AgRg no RMS 25571 / MS, Rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho, T5, DJ 26/06/2008).

No caso em concreto, observo que o exame psicotécnico impugnado amolda-se perfeitamente à orientação supra, porquanto o Edital do certame, além de se encontrar respaldado no art. 10, da Lei 6.783/74 (Estatuto dos Policiais Militares) e no art. 14 do Decreto nº 10.932/85 (Regulamento para Ingresso na Polícia Militar), dispõe com clareza acerca dos critérios de avaliação, consoante o disposto nos subitens 5.2.1 e 5.2.1.1 que remetem à Portaria do Comando Geral da Polícia Militar nº 1.289/06, inteiramente reproduzida em seu Anexo VII, bem como assegura a recorribilidade do resultado, haja vista o previsto nos seus subitens 9.10, até 9.11.6.

No que concerne à existência da previsão legal para a exigibilidade dos aludidos testes psicológicos, entendo oportuno transcrever o citado art. 14 do Decreto Estadual nº 10.932/85, **que, por ser anterior ao advento da ordem constitucional vigente, possui, atualmente, a mesma normatividade da lei propriamente dita:**

Art. 14 Os Exames de seção estabelecidos neste regulamento constarão de múltiplas provas, testes ou baterias de testes exames, realizados de acordo com normas baixadas pelo Comandante Geral da Polícia Militar, sendo todos de caráter eliminatório. (grifei)



Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
OITAVA CÂMARA CÍVEL

Feitas essas considerações, voto: pelo improvimento do presente Recurso de Agravado, com a manutenção da decisão fustigada em todos os seus termos.

É como voto.

Recife 28 de 04 de 2010

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator